

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS	Órgão / Unidade Orgânica	CARGO/CARRERA/CATEGORIA															Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Formação e Formação (CNAEF)	Nº Postos
		Diretor Geral	Sub Diretor Geral	Assessor	Secretariado	Diretor de Serviços	Chefe de Divisão	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Tecnico Superior	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças do MF	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Consultor			
Direção	DIREÇÃO	1	3														4	
Apoio e assessoria técnica à Direção					2	1			2	1	3			4	2			15
	Sub-Total	1	3	2	1	0	0	2	1	3	0	0	4	2	0	0	19	
Coordenação da atividade da unidade								1									1	
1. Implementação de projetos destinados a garantir o desenvolvimento de novos sistemas que promovam a melhoria dos serviços prestados, bem como os níveis de segurança que lhe estão associados. 2. Colaborar transversalmente com outras unidades orgânicas da ETF, sempre que necessário e mediante decisão do Diretor-Geral, mobilizando os seus recursos técnicos para projetos ou atividades que se enquadrem na missão global da Entidade, desde que essas intervenções se integrem no âmbito das competências da Equipa e correspondam às competências técnicas dos recursos humanos afetos.	Equipa Multidisciplinar de Gestão e Apoio a Sistemas de Informação (EGSI) Despacho n.º 7242/2025, de 1 de julho								1		8	5					48 Informática; 52 Engenharia e técnicas afins.	14
	Subtotal	0	0	0	0	0	0	1	1	0	8	5	0	0	0	0	15	
1.Assegurar que a experiência e o conhecimento adquiridos pelo setor público nas matérias relacionadas com parcerias permanecem na UTAP e estejam disponíveis para outras entidades públicas; 2.Estudar e preparar processos de lançamento de parcerias; 3.Prestar apoio técnico, de natureza jurídica e financeira, aos membros do Governo e a outras entidades públicas no âmbito das parcerias; 4.Proceder ao acompanhamento global das parcerias nas matérias económico-financeiras; 5.Propor a designação das equipas de projetos para o estudo, preparação e lançamento de parcerias, bem como as equipas para acompanhar a fase inicial de execução de contratos de parcerias; 6.Indicar membros para júris e comissões de negociação relativas a processos de parcerias; 7.Prestar apoio técnico e administrativo às equipas de projetos, aos júris e às comissões a que se referem as alíneas anteriores; 8.Apresentar ao membro do Governo responsável pela área das finanças os relatórios previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, na sua redação atual, bem como outros estudos que superiormente lhe sejam solicitados relativos a parcerias; 9.Emitir os pareceres que lhe forem solicitados e executar as tarefas que lhe forem determinadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças no âmbito das parcerias; 10.Assumir a qualidade de gestora de contrato de parceria, nos termos previstos no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, na sua redação atual; 11.Proceder ao acompanhamento dos processos arbitrais relativos às parcerias, disponibilizando, designadamente, todo o apoio técnico que lhe for solicitado pelos mandatários do parceiro público; 12.Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira dos contratos de parcerias e da sua evolução; 13.Identificar situações suscetíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do setor público; 14.Recolher, tratar e centralizar a informação económico-financeira e de repartição de riscos relativa a contratos de parcerias a celebrar ou já celebrados; 15.Elaborar modelos de documentos e apresentar recomendações suscetíveis de se revelarem úteis às diversas entidades que se encontrem envolvidas no lançamento, acompanhamento e gestão de parcerias; 16.Promover a publicitação em sítio próprio de matérias de interesse relacionadas com processos de parcerias; 17.Promover ações de formação, em particular dirigidas aos quadros técnicos das entidades públicas que participam em processos de parcerias; 18.Otimizar os recursos técnicos disponíveis no setor público, contribuindo para a redução do recurso à consultadoria externa; 19.Acompanhar as experiências internacionais no âmbito das parcerias, estabelecendo relações com entidades comunitárias e internacionais que intervenham nesta área.	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP) (iii) da alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 56/2025, de 31 de março, na sua atual redação)									1				1				
	Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		15	16	
Coordenação da atividade da unidade								1									1	
1.Emitir os pareceres que lhe forem solicitados e executar as medidas que lhe forem determinadas; 2.Propor a política anual e plurianual de financiamento das empresas do setor público empresarial, quer para funcionamento, quer para investimento, coerente com as necessidades de financiamento agregadas e compatível com a disciplina financeira e orçamental, designadamente com a Lei do Orçamento de Estado, com o Documento de Estratégia Orçamental e com a lei das finanças locais, identificando as fontes de financiamento e os limites máximos de acréscimo líquido do endividamento; 3. Propor programas anuais e plurianuais específicos tendentes à melhoria da gestão das empresas do setor empresarial do Estado (SEE), à sua sustentabilidade e à redução do esforço financeiro do Estado; 4.Apresentar propostas de orientações destinadas à elaboração, pelas empresas do SEE, dos planos de atividades e orçamento, designadamente os indicadores macroeconómicos e os referenciais de atividade e de natureza económica e financeira associados aos programas de reestruturação e sustentabilidade fixados pelo Governo, com base na informação a que se refere o n.º 4 do artigo 39.º do RISPE; 5.Analisar as propostas de planos de atividades e orçamentos das empresas do SEE, para os efeitos previstos no n.º 7 do artigo 39.º do RISPE, e elaborar o relatório dessa análise, a submeter à aprovação do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e para os efeitos previstos nos n.os 8 e 9 do artigo 39.º do RISPE; 6.Avaliar o cumprimento das orientações e objetivos de gestão e o desempenho anual do órgão de administração, devendo os resultados ser integrados no processo de apreciação dos documentos anuais de prestação de contas; 7.Apreciar, com vista à sua aprovação, as propostas de contraprestação da prestação de serviços de interesse geral, ficando as obrigações das empresas do SEE ao nível da atividade a desenvolver e as compensações financeiras a atribuir pelo Estado no âmbito da regulamentação europeia, em conformidade com o disposto nos artigos 48.º e 55.º do RISPE; 8.Emitir parecer prévio à respetiva orçamentação anual sobre os montantes das indemnizações compensatórias, dotações de capital e subsídios a conceder às empresas públicas, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, quanto às atribuições da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) em matéria de fiscalização e controlo das entidades beneficiárias de indemnizações compensatórias; 9.Emitir parecer anual sobre a estrutura das fontes de financiamento e a evolução dos custos financeiros das entidades do setor público empresarial, tendo em conta a informação disponível, nomeadamente os pareceres da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), em matéria de financiamento das empresas, nos termos da lei; 10.Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira das empresas e da sua evolução, identificando, nomeadamente, as situações suscetíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do setor público; 11. Acompanhar e monitorizar a atividade do Setor Empresarial Local (SEL) através da informação recebida da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), com reporte periódico ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da administração local; 12. Avaliar o cumprimento do disposto no n.º 10 do artigo 39.º do RISPE, nomeadamente no que respeita às práticas de bom governo, devendo a avaliação ser integrada no processo de apreciação dos documentos anuais de prestação de contas; 13. Emitir parecer sobre os elementos referidos do n.º 1 do artigo 64.º do RISPE; 14. Emitir parecer sobre a constituição, a transformação, a fusão, a cisão ou a dissolução de empresas do SEE; 15. Elaborar anualmente um relatório sobre os financiamentos do setor público empresarial, com base na informação disponibilizada trimestralmente pelo IGCP, E. P. E., nos termos do RISPE, bem como na recebida por via da DGAL e da IGF, no que respeita em particular ao SEL, e disponibilizá-lo no respetivo sítio na Internet; 16. Emitir pareceres sobre matérias relativas ao exercício da função acionista do SEL, mediante solicitação do membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da administração local; 17. Elaborar anualmente um relatório sobre o cumprimento das práticas de bom governo; 18. Acompanhar as experiências internacionais no âmbito do setor público empresarial, estabelecendo relações com organizações da União Europeia e internacionais que intervenham nesta área, bem como propor a nomeação de representantes nacionais nos organismos congéneres das referidas organizações; 19. Tratar e centralizar a informação relevante no âmbito das suas atribuições, designadamente de índole económica e financeira, a publicitar no seu sítio na Internet; 20. Promover ações de formação, em particular dirigidas aos quadros técnicos que exercem funções no âmbito do setor público empresarial, cujos custos são integralmente suportados pelas entidades que delas beneficiam. 21. Colaborar transversalmente com outras unidades orgânicas da ETF, sempre que necessário e mediante decisão do Diretor-Geral, mobilizando os seus recursos técnicos para projetos ou atividades que se enquadrem na missão global da Entidade, desde que essas intervenções se integrem no âmbito das competências da Equipa e correspondam às competências técnicas dos recursos humanos afetos.	Equipa de Avaliação e Supervisão do Setor Público Empresarial (EAS SPE) Despacho n.º 7307/2025, de 2 de julho									1			1					
	Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0		18	20

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS	Órgão / Unidade Orgânica	CARGO/CARRERA/CATEGORIA															Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Formação e Formação (CNAEF)	Nº Postos
		Diretor Geral	Sub Diretor Geral	Assessor	Secretariado	Diretor de Serviços	Chefe de Divisão	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Tecnico Superior	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças do MF	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Consultor			
Coordenação da atividade do departamento	Departamento de Gestão de Participações do Estado (DGPE)					1											1	
										1								1
1.Efetuar a análise da situação económica e financeira, estratégias e projetos das empresas públicas, formular propostas de atuação e assegurar a intervenção do Estado enquanto acionista ou mediante o exercício de poderes de tutela; 2.Propor e acompanhar a implementação dos contratos de gestão, assegurando a definição e quantificação de metas económica, financeira e operacionais, bem como a indexação dos prémios de gestão aos níveis de atingimento de objetivos; 3.Monitorizar o cumprimento pelas empresas do SEE das regras e das boas práticas de governação, bem como a sua conformidade com os objetivos quantitativos fixados; 4.Proceder ao acompanhamento da gestão das empresas do SEE, aferindo o cumprimento dos deveres especiais de informação, o respeito das determinações legais e regulamentares, bem como a implementação das decisões dos acionistas e/ou da tutela; 5.Identificar e avaliar os desvios na execução dos instrumentos previsionais de gestão das empresas públicas do SEE para reporte ao Governo; 6.Acompanhar os programas de investimento das empresas públicas do SEE e seu financiamento, incluindo o endividamento e o nível de esforço financeiro do Estado globalmente considerado; 7.Monitorizar a aplicação do Estatuto do Gestor Público, garantindo o apoio às nomeações e à avaliação do desempenho dos gestores públicos; 8.Acompanhar e propor ações no âmbito de programas especiais dirigidos às empresas do SEE, assegurando o alinhamento com as políticas públicas e os objetivos estratégicos definidos para o setor; 9.Analisar e preparar os documentos necessários à tomada de decisão relativa às entidades em que o membro do Governo responsável pela área das finanças intervenha como tutela financeira ou como acionista; 10.O acompanhamento dos processos de concessões do Estado, visando a observância de critérios de rigor financeiro e o aperfeiçoamento dos modelos de análise e controlo das concessões; 11.Monitorizar a negociação e implementação dos contratos, contratos-programa, acordos ou protocolos, dos quais possa resultar esforço financeiro para o Estado, assegurando a articulação com as entidades responsáveis pela gestão daqueles contratos; 12.Analisar e acompanhar projetos de reestruturação empresarial ou de criação de novas empresas públicas, garantindo a articulação com os organismos ou entidades relevantes; 13.Preparar e apoiar a representação técnica do Ministério das Finanças em organizações europeias e internacionais em matérias relacionadas com o SEE; 14.Definição casuística das orientações e objetivos de gestão, relativamente às empresas públicas financeiras e de infraestruturas objeto de acompanhamento por esta Divisão	Divisão de Empresas Públicas Financeiras e de Infraestruturas (DEPFI)					1			10						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	11		
1.Efetuar a análise da situação económica e financeira, estratégias e projetos das empresas públicas, formular propostas de atuação e assegurar a intervenção do Estado enquanto acionista ou mediante o exercício de poderes de tutela; 2.Propor e acompanhar a implementação dos contratos de gestão, assegurando a definição e quantificação de metas económica, financeira e operacionais, bem como a indexação dos prémios de gestão aos níveis de atingimento de objetivos; 3.Monitorizar o cumprimento pelas empresas do SEE das regras e das boas práticas de governação, bem como a sua conformidade com os objetivos quantitativos fixados; 4.Proceder ao acompanhamento da gestão das empresas do SEE, aferindo o cumprimento dos deveres especiais de informação, o respeito das determinações legais e regulamentares, bem como a implementação das decisões dos acionistas e/ou da tutela; 5.Identificar e avaliar os desvios na execução dos instrumentos previsionais de gestão das empresas públicas do SEE para reporte ao Governo; 6.Acompanhar os programas de investimento das empresas públicas do SEE e seu financiamento, incluindo o endividamento e o nível de esforço financeiro do Estado globalmente considerado; 7.Monitorizar a aplicação do Estatuto do Gestor Público, garantindo o apoio às nomeações e à avaliação do desempenho dos gestores públicos; 8.Acompanhar e propor ações no âmbito de programas especiais dirigidos às empresas do SEE, assegurando o alinhamento com as políticas públicas e os objetivos estratégicos definidos para o setor; 9.Analisar e preparar os documentos necessários à tomada de decisão relativa às entidades em que o membro do Governo responsável pela área das finanças intervenha como tutela financeira ou como acionista; 10.O acompanhamento dos processos de concessões do Estado, visando a observância de critérios de rigor financeiro e o aperfeiçoamento dos modelos de análise e controlo das concessões; 11.Monitorizar a negociação e implementação dos contratos, contratos-programa, acordos ou protocolos, dos quais possa resultar esforço financeiro para o Estado, assegurando a articulação com as entidades responsáveis pela gestão daqueles contratos; 12.Analisar e acompanhar projetos de reestruturação empresarial ou de criação de novas empresas públicas, garantindo a articulação com os organismos ou entidades relevantes; 13.Preparar e apoiar a representação técnica do Ministério das Finanças em organizações europeias e internacionais em matérias relacionadas com o SEE; 14.Definição casuística das orientações e objetivos de gestão, relativamente às empresas públicas não financeiras objeto de acompanhamento por esta Divisão	Divisão de Empresas Públicas Não Financeiras (DEPNF)					1		1	14						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	16		
1.Preparar as instruções gerais destinadas às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) no domínio do exercício da função acionista e tutelar do Estado; 2.Monitorizar a gestão do processo de atribuição de compensações financeiras a empresas que prestam serviços de interesse geral e acompanhar a execução financeira dos contratos relacionados, promovendo o pagamento dessas subvenções, sempre que aplicável, em articulação com as entidades responsáveis pelo apuramento dessas subvenções; 3.Manter o inventário dos valores mobiliários do Estado e das participações de serviços e fundos autónomos no capital de sociedades, assegurando a gestão operacional da carteira de participações do Estado; 4.Recolher, tratar e divulgar informação relacionada com a função tutelar e acionista do Estado e com as relações contratuais no âmbito de atividades que envolvam obrigações de serviço de interesse geral; 5.Elaborar propostas de referenciais para o cumprimento das orientações estratégicas previstas na lei, bem como monitorizar o seu cumprimento; 6.Monitorizar os elementos a disponibilizar sobre o SEE com relevância para as entidades internacionais, assegurando a precisão e consistência da informação prestada; 7.Elaborar relatórios respeitantes ao SEE, coordenando e preparando com as restantes unidades orgânicas a informação a facultar relativa ao setor, bem como a sua análise crítica.	Divisão de Informação e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (DIMSEE)					1		2	7						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística; 52 Engenharia e técnicas afins.	10		
1.Asegurar o acompanhamento dos processos de liquidação de entidades dos setores público administrativo e empresarial em que o Estado intervenha como tutela financeira ou acionista, bem como a atuação dos órgãos liquidatários; 2.Analisar e preparar os processos de decisão sobre a intervenção do Estado em processos de liquidação de entidades do setor público administrativo e empresarial em que o Estado intervenha como tutela financeira ou acionista; 3.Assumir ativos, passivos e responsabilidades de organismos públicos e de empresas públicas e participadas, no âmbito de processos de reestruturação ou liquidação, nos termos previstos na lei; 4.Aquirir créditos sobre entidades ou organismos do setor público, bem como regularizar responsabilidades financeiras do Estado, nos termos previstos na lei; 5.Garantir a regularização de despesas e responsabilidades resultantes de processos de liquidação, assegurando o cumprimento das normas financeiras aplicáveis; 6.Acompanhar a transferência para o Estado, através da ETI, de ativos e passivos e de outras responsabilidades de entidades extintas ou a extinguir, em conformidade com o quadro legal aplicável; 7.Regularizar responsabilidades de entidades extintas, bem como outras previstas na lei.	Divisão de Liquidações e Regularizações (DLR)					1			6						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	7		
Subtotal		0	0	0	0	1	4	0	3	38	0	0	0	0	0	0	46	

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS	Órgão / Unidade Orgânica	CARGO/CARRERA/CATEGORIA																Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Formação e Formação (CNAEF)	Nº Postos
		Diretor Geral	Sub Diretor Geral	Assessor	Secretariado	Diretor de Serviços	Chefe de Divisão	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Técnico Superior	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças do MF	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Consultor				
Coordenação da atividade do departamento	Departamento de Apoios Financeiros (DAF)					1												1	
1.Preparar os processos relativos à autorização e concessão de garantias pessoais do Estado, garantindo a conformidade com os enquadramentos legais e orçamentais aplicáveis; 2.Administrar a dívida pública acessória, incluindo as responsabilidades do Estado em matéria de seguros de crédito à exportação e ao investimento português no estrangeiro, bem como outros instrumentos similares, e assegurar a concessão e o acompanhamento de garantias do Estado e outros poderes previstos na lei, bem como informar do cabimento e acompanhar as garantias concedidas por outras pessoas coletivas de direito público; 3.Preparar os processos relativos à autorização e concessão de empréstimos ou de outras operações ativas do Estado, incorporando, no caso das empresas do SEE, as análises financeiras e propostas de financiamento elaboradas pelo DGPE; 4.Administrar, direta ou indiretamente, os empréstimos e outras operações ativas do Estado e acompanhar os respetivos beneficiários; 5.Monitorizar os financiamentos das empresas do setor público, bem como acompanhar a evolução dos mercados e serviços financeiros, assegurando a articulação com os organismos ou entidades responsáveis pela gestão da dívida pública e financeira do Estado; 6.Analisar e processar os pedidos de pagamento de bonificações de juros, assegurando o acompanhamento dos financiamentos subjacentes e garantindo a regularidade dos apoios concedidos; 7.Analisar e processar subsídios e compensações, com exceção dos que resultem da execução financeira de contratos relacionados com a prestação ou gestão de atividades que envolvam obrigações de serviço público; 8.Acompanhar as condições de cumprimento das obrigações subjacentes aos apoios do Estado, por parte dos beneficiários e dos intermediários financeiros envolvidos; 9.Acompanhar o relacionamento entre o SEE e o setor financeiro.	Divisão de Garantias, Empréstimos e outros Apoios Financeiros (DGEAF)					1				11							31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	12	
1.Propor princípios e instrumentos de apoio financeiro em matéria de créditos à exportação e ao investimento português no estrangeiro, incluindo o crédito de ajuda, em coordenação com as agências de crédito à exportação, sem prejuízo das atribuições de auditoria financeira e de gestão de outras entidades nesta matéria; 2.Avaliar o risco da dívida pública acessória e das operações de crédito à exportação e ao investimento e elaborar propostas de políticas de cobertura de risco, ouvidas as entidades competentes, designadamente da área económica e dos negócios estrangeiros; 3.Preparar os processos relativos aos apoios bilaterais prestados no âmbito da cooperação financeira para o desenvolvimento, incluindo as operações de crédito de ajuda, em articulação com as entidades responsáveis pela política de cooperação internacional; 4.Preparar e apoiar a representação técnica da área governativa das finanças em organizações europeias e internacionais nas matérias que se inserem dentro das competências da DAF, sem prejuízo das atribuições de orientação geral e estratégica de outras entidades nesta matéria, em articulação, quando aplicável, com o DGPE; 5.Assegurar a participação e a contribuição do Estado, respetivamente no capital e nos fundos de instituições financeiras internacionais.	Divisão de Apoios Financeiros Internacionais (DAFI)					1			1	8								22 Humanidades; 31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	10
Subtotal		0	0	0	0	1	2	0	1	19	0	0	0	0	0	0	0	23	
Coordenação da atividade do departamento	Departamento Jurídico, de Planeamento e Coordenação (DIPC)					1												1	
1.Realizar estudos, emitir pareceres e prestar informações de natureza jurídica sobre matérias da competência da ETF, em articulação com as demais unidades orgânicas; 2.Participar na preparação, elaboração e análise de projetos de diplomas legais em circuito legislativo, em articulação com as demais unidades orgânicas; 3.Avaliar globalmente o quadro regulatório do SEE, em articulação com o DGPE, identificando 4.necessidades de intervenção corretiva e apresentando propostas de alteração que salvaguardem a coerência, equidade e harmonia de regimes, evitando o excesso de regulamentação, leis inaplicáveis e procedimentos burocráticos que possam dificultar a agilidade na interação com as empresas, e removendo eventuais custos de conteúdo; 5.Acompanhar as ações judiciais e recursos, nas jurisdições comum e administrativa, no âmbito das atribuições da ETF, nos termos previstos na lei; 6.Assegurar os procedimentos necessários no âmbito dos processos relativos à declaração de 7.heranças vagas, a favor do Estado, como sucessor legítimo, à aceitação de heranças, legados, e doações, bem como assegurar os procedimentos no âmbito dos bens declarados perdidos a favor do Estado, salvo quando os mesmos se refiram exclusivamente a bens imóveis e sem prejuízo das competências que se encontrem atribuídas a outras entidades.								1	11							38 Direito	12		
1.Preparar os instrumentos necessários à gestão da ETF segundo critérios de planeamento e gestão estratégica; 2.Promover a elaboração de instrumentos de natureza estratégica, de acompanhamento e de avaliação dos instrumentos e indicadores de gestão, nomeadamente de planos estratégicos e planos e relatórios de atividades e o relatório de avaliação do desempenho da ETF; 3.Promover a elaboração do QUAR e a respetiva monitorização e autoavaliação; 4.Elaborar estudos técnicos e indicadores que lhe sejam solicitados; 5.Elaborar o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em articulação com as demais unidades orgânicas; 6.Assegurar o serviço de relações públicas da ETF; 7.Assegurar a articulação com o serviço competente em matéria de planeamento e avaliação da área governativa das finanças.	Divisão de Planeamento e Apoio à Gestão (DPAG)						1			2								31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito.	3
1.Assegurar execução da garantia do Estado no âmbito de processos de expropriação, bem como o exercício do correspondente direito de regresso; 2.Assegurar a recuperação dos créditos do Tesouro, incluindo os provenientes de entidades extintas e respetiva gestão; 3.Assegurar o acompanhamento e o controlo do exercício dos mandatos de gestão dos créditos do Tesouro; 4.Controlar e apoiar a atualização dos sistemas de informação de recuperação dos créditos do Tesouro; 5.Promover, negociar e executar acordos de reestruturação de créditos, nomeadamente sobre os países em desenvolvimento.	Divisão de Recuperações de Créditos (DRC)						1		1	8								31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito.	10
Subtotal		0	0	0	0	1	2	0	2	21	0	0	0	0	0	0	0	26	
Coordenação da atividade do departamento	Departamento de Gestão de Recursos (DGR)					1												1	
1.Gerir os recursos financeiros da ETF e contribuir para a definição de políticas e técnicas de gestão racional dos mesmos, tendo em vista a sua valorização e adequação às necessidades; 2.Assegurar a gestão orçamental da ETF e do capítulo 60 do Orçamento do Estado, gerido pela ETF, incluindo a elaboração das respetivas propostas de orçamento, de alterações orçamentais que se revelem necessárias, bem como assegurar o acompanhamento da respetiva execução; 3.Processar as despesas de funcionamento e de investimento da ETF; 4.Assegurar a coordenação orçamental das receitas arrecadadas ou cobradas e das despesas excecionais do capítulo 60 do Orçamento do Estado, geridas e processadas pela ETF; 5.Coordenar a utilização dos sistemas de execução orçamental das receitas e das despesas excecionais, assegurando a articulação com a Entidade Orçamental e com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, L.P.; 6.Assegurar a contabilização das receitas de caráter extraordinário cuja contabilização lhe seja cometida nos termos da lei; 7.Assegurar o processo de prestação de contas da ETF e do capítulo 60 do Orçamento do Estado gerido pela ETF, em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis; 8.Assegurar, em articulação com as demais unidades orgânicas da ETF, o processamento de subsídios, indemnizações compensatórias, bonificações de juros e outros apoios ou prestações financeiras, nos termos da lei; 9.Elaborar a proposta de orçamento de funcionamento da ETF, bem como assegurar e controlar a sua execução; 10.Elaborar a conta de gerência.	Divisão de Gestão Financeira e Orçamental (DGFO)						1		5								31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 46 Matemática e estatística.	6	
1.Assegurar a gestão e operacionalidade dos recursos materiais afetos à atividade da ETF, incluindo os adequados procedimentos relativos, nomeadamente, à contratação pública de bens, serviços e obras, ao aprovisionamento, ao património e instalações e ao parque de viaturas; 2.Assegurar a administração e conservação do património afeto à ETF, incluindo instalações, e manter atualizado o respetivo inventário, adotando as medidas necessárias para a sua utilização, designadamente em termos de segurança; 3.Assegurar a identificação das necessidades de aquisição de bens e serviços e o acompanhamento da execução dos respetivos contratos; 4.Organizar e administrar o arquivo da ETF, nomeadamente na gestão das infraestruturas e mecanismos que permitam a custódia, o depósito, o armazenamento, a preservação e a gestão da documentação que integre o acervo documental do arquivo próprio, de acordo com as regras, orientações e normas internas, nacionais e internacionais, com o objetivo de acrescentar valor à informação e salvaguardar e valorizar o património arquivístico da ETF; 5.Efetuar a gestão do arquivo das entidades extintas, cujos acervos ficam à guarda da ETF em consequência da respetiva extinção.	Divisão Patrimonial e de Gestão de Documentação (DPGD)						1		2	13			3	1				31 Ciências sociais e do comportamento; 32 Informação e jornalismo; 38 Direito; 34 Ciências empresariais; 46 Matemática e estatística; 52 Engenharia e técnicas afins; 58 Arquitetura e construção.	20

ATRIBUIÇÕES / COMPETÊNCIAS	Órgão / Unidade Orgânica	CARGO/CARRERA/CATEGORIA														Área de Formação de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Formação e Formação (CNAEF)	Nº Postos
		Diretor Geral	Sub Diretor Geral	Assessor	Secretariado	Diretor de Serviços	Chefe de Divisão	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Técnico Superior	Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças do MF	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Consultor		
1.Assegurar a gestão dos recursos humanos da ETF e contribuir para a definição de políticas e técnicas de gestão racional dos mesmos, tendo em vista a sua valorização e adequação às necessidades da ETF; 2.Assegurar os procedimentos relativos ao recrutamento de Recursos Humanos; 3.Elaborar o diagnóstico de necessidades de formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores da ETF e planejar, coordenar e implementar o respetivo plano anual; 4.Promover medidas em matéria de segurança e saúde no trabalho que contribuam para a melhoria das condições e do ambiente de trabalho dos trabalhadores da ETF; 5.Promover e dinamizar medidas que facilitem a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal dos trabalhadores da ETF; 6.Elaborar o balanço social.	Divisão de Gestão de Pessoas (DGP)						1			6						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito.	7
1.Controlar a emissão e a circulação de moeda metálica, em articulação com as restantes entidades competentes na matéria, assegurando a gestão do orçamento de despesa relativo ao pagamento dos custos de amoeçãoção; 2.Assegurar a gestão financeira de patrimónios autónomos que esteja cometida à ETF; 3.Promover a realização de projetos especiais de natureza financeira no âmbito das atribuições da ETF, em conformidade com o quadro legal aplicável; 4.Coordenar e acompanhar as respostas ao Tribunal de Contas, ou outras entidades e organismos públicos, em todas as vertentes relacionadas com as áreas de atribuições cometidas à ETF, assegurando a articulação com as restantes unidades orgânicas da ETF.	Divisão de Gestão de Projetos Especiais e Moeda (DGPEM)						1			6						31 Ciências sociais e do comportamento; 34 Ciências empresariais; 38 Direito; 46 Matemática e estatística.	7
Subtotal		0	0	0	0	1	4	0	2	30	0	0	3	1	0		41
Total global		1	3	2	1	4	12	4	10	111	8	5	9	3	33		206